

➤ **PATRIMÓNIO**

5. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, SITA NO LUGAR DE AVELEDA, MONTE, IGREJA OU BOUÇAS – UF DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO

Do **Departamento Financeiro**, submetendo a apreciação da Câmara Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcele de terreno com a área de **85,00 m2, sita no Lugar da Aveleda, Monte, Igreja ou Bouças, da União das Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, Braga**, melhor identificada na planta anexa, para posterior alienação a _____ nos termos do disposto no artº. 25º., nº. 1, alínea q) da citada Lei nº. 75/2013, ao preceituar que é da competência da Assembleia municipal, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização, deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, e nº artº. 33º, alínea ccc) da mesma Lei.

Tem proposta que aponta no sentido de que a prossecução é de interesse público.

Proposta


ASSUNTO: Processo 11953/1997 – E/55024/2020 – Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal, com a área de 85,00 m², sita no Lugar da Aveleda, Monte, Igreja ou Bouças, freguesia de Aveleda integrada na União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, em que é requerente

- Considerando que, das informações técnicas dos serviços municipais constantes do processo, se conclui pela inutilidade pública da área de terreno em causa;
- Considerando que a Junta de Freguesia se pronunciou no mesmo sentido da inutilidade pública da área em questão;
- Considerando que temos constatado que a política de ordenamento de território instituída durante muitos anos no Município de Braga, levou à proliferação de pequenas áreas de terreno cedidas ao domínio público para espaços verdes no âmbito de operações de loteamento, o que constitui um problema para uma eficiente e eficaz gestão dos espaços verdes do concelho, tornando-se espaços sem qualquer utilização, com vegetação, com matéria combustível que pode vir a ser um foco de incêndio, sem qualquer valia para o Município, não possuindo qualquer utilização atual de interesse público;
- Considerando que o princípio de boa gestão do domínio público implica, em alguns casos, desafetar essas pequenas áreas que não servem efetivamente nenhum interesse público e são utilizadas frequentemente para depósitos de lixo, constituindo uma despesa desnecessária para o erário público em função da necessidade da sua manutenção e limpeza;
- Considerando que a ponderação dos interesses em causa aponta no sentido de que a prossecução do interesse público se alcança, neste caso concreto, pela desafetação da área de terreno aqui em causa,

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à consideração da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela, com a área total de 85,00 m², melhor identificada na planta anexa, para posterior alienação.

A vereadora do pelouro,



 Área a desafetar do Domínio Privado do Município para o Domínio Privado(85,00m²) ✓

requerente		data	novembro 2020
projecto	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 66/90	escala	1/1000
localização	LOTEAMENTO DA GAIOSA - AVELEDA - BRAGA	folha n.º	02
designação	Planta Área a desafetar do Domínio Privado do Município para o Domínio Privado	ARQ. 038-19	